

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE Nº 02/2024

**AQUISIÇÃO DE BENS INFORMÁTICOS PARA O REFORÇO DA INFRAESTRUTURA DA
REDE INFORMÁTICA DA DIREÇÃO-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS**

PROGRAMA DO CONCURSO

Artigo 1.º

Objeto do concurso

O presente concurso tem por objeto a aquisição de bens informáticos novos para reforço da infraestrutura da rede informática da Direção-Geral do Tribunal de Contas, nos termos e condições definidas no caderno de encargos.

Artigo 2.º

Divisão por lotes

1. A aquisição de bens informáticos para o reforço da infraestrutura da rede informática da Direção-Geral do Tribunal de Contas, está dividida em 8 (oito) lotes, a saber:
 - a) **Lote 1** – Computadores portáteis;
 - b) **Lote 2** – Mochilas;
 - c) **Lote 3** – Ratos;
 - d) **Lote 4** – Teclados;
 - e) **Lote 5** – Scanner;
 - f) **Lote 6** – Workstation;
 - g) **Lote 7** – Monitores;
 - h) **Lote 8** – Tapes.
2. Os concorrentes podem apresentar propostas para todos os lotes ou apenas para um ou alguns deles.

Artigo 3.º

Entidade pública contratante e plataforma eletrónica utilizada

3. A entidade pública contratante é a Direção-Geral do Tribunal de Contas, sita na Avenida da República, n.º 65, em Lisboa, com os números de telefone 21 794 51 00, e com o correio eletrónico: geral@tcontas.pt.

SEDE



4. No presente procedimento de concurso público é utilizada a plataforma eletrónica de contratação pública <https://www.acingov.pt> (adiante designada como plataforma eletrónica).

Artigo 4.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

O órgão que tomou a decisão de contratar, competente também para autorizar a despesa, foi o Conselho Administrativo da Direção-Geral do Tribunal de Contas, por deliberação de 12 de abril de 2024, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 34.º da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto, na sua redação atual, conjugada com o disposto no artigo 36.º e 38.º do CCP, na sua redação atual, e com a alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Artigo 5.º

Concorrentes

Sem prejuízo do previsto no artigo 55.º-A do CCP, só podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 6.º

Agrupamento de concorrentes

1. Podem ser concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do CCP.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.



5. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento de concorrentes os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os concorrentes.

Artigo 7.º

Consulta das peças do procedimento

1. As peças do concurso estão integralmente disponibilizadas, de forma livre, completa e gratuita na plataforma eletrónica.
2. O programa do concurso e o caderno de encargos estão disponíveis, todos os dias úteis, entre as 10h00 e as 12h30 e as 14h30 e as 17h00, nas instalações do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial da Direção-Geral do Tribunal de Contas (DGTC), sitas na Avenida da República, nº 65, em Lisboa, devendo a solicitação de acesso às peças ser previamente agendada entre as partes.

Artigo 8.º

Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetadas, que respeitem ao estabelecido no n.º 2 do artigo 50.º do CCP.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos e o suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
4. As listas com identificação dos erros e omissões detetadas pelos interessados, bem como os esclarecimentos são disponibilizados na plataforma eletrónica.
5. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.



DIREÇÃO-GERAL

Artigo 9.º

Documentos da proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (ver Anexo I ao presente Programa de Concurso);
 - b) Para cada Lote, declaração de preço contratual conforme Anexo II ao Programa de Concurso com indicação do preço unitário e do preço total dos bens, com e sem a respetiva taxa de IVA aplicável;
 - c) Para cada Lote, documento com a descrição detalhada das características técnicas dos equipamentos propostos;
 - d) Declaração emitida conforme Anexo III ao Programa de Concurso em como conhece as orientações éticas constantes do Despacho n.º 15/2023-GP de 20 de fevereiro e está em condições de as fazer cumprir;
 - e) Para o **lote 6** declaração do fabricante do equipamento proposto, confirmando que tem conhecimento da proposta apresentada pelo concorrente, e que este se encontra apto a fornecê-lo, e dispõe de recursos para operacionalizar e prestar suporte técnico ao mesmo, ou em alternativa, que os referidos serviços serão prestados pelo fabricante.
2. Os preços devem ser apresentados em euros com apenas duas casas decimais.
3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento de concorrentes, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
4. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa, com exceção de catálogos, folhetos, brochuras e /ou especificações técnicas que podem ser redigidos na língua inglesa. Para os restantes documentos quando pela sua própria natureza ou origem estiverem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.

Artigo 10.º

Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

SEDE

Avenida da República, 65 • 1050-189 LISBOA • PORTUGAL
T: +351 217 945 100 E: geral@tcontas.pt W: tcontas.pt

**Artigo 11.º****Prazo e modo de apresentação das propostas**

1. As propostas devem ser apresentadas exclusiva e diretamente na plataforma eletrónica.
2. As propostas devem ser submetidas até às **23H59m do 30.º dia a contar da data do envio do correspondente anúncio para publicação no Diário da República.**
3. As propostas, assim como todos os documentos a submeter na plataforma eletrónica, são assinados eletronicamente mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 12.º**Retirada da proposta**

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante, através de documento a apresentar na plataforma eletrónica.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 13.º**Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

1. O júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica.
2. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista referida no número anterior, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2.

Artigo 14.º**Análise das propostas**

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, termos e condições.



2. São excluídas as propostas cuja análise revele a verificação de alguma(s) das situações previstas nas alíneas do n.º 2 do artigo 70.º e nas alíneas do n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP.

Artigo 15.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação é efetuada por lotes, segundo o critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator do mais baixo preço, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
2. Serão efetuadas tantas adjudicações quantos os lotes previstos, na razão da adjudicação de uma proposta por cada lote previsto.
3. Não existem limitações de lotes a adjudicar a cada concorrente.

Artigo 16.º

Critério de desempate

1. No que respeita ao lote 8, caso se verifique o empate entre propostas, será ordenada em posição mais elevada a proposta que apresentar o preço mais baixo pela seguinte ordem:
 - a) para as “Tapes LTO 9”;
 - b) para as “Tapes LTO 8”;
 - c) para o “HPE LTO-8”.Caso o empate se mantenha, ter-se-á em consideração o disposto nos números seguintes.
2. Para os lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, em caso de empate entre as propostas realizar-se-á um sorteio na forma presencial.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, o júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas mais bem classificadas e relativamente às quais se verifica o empate, com uma antecedência mínima de 3 (três) dias, da data, da hora e do local da sua realização.
4. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.
5. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração.



6. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada, ficando ordenada em primeiro lugar a que corresponder à bola extraída primeiro.

Artigo 17.º

Esclarecimentos e suprimimento de propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O Júri pode solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, procedam ao suprimimento das irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência.
4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos do Júri formulados nos termos dos n.ºs 1 e 3, bem como as respetivas respostas, são disponibilizadas na plataforma eletrónica, e os concorrentes imediatamente notificados desse facto, conforme exigido no n.º 5 do artigo 72.º do CCP.

Artigo 18.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte dias) dias úteis contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

Artigo 19.º

Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora, fundamentadamente, um relatório preliminar, no qual propõe a respetiva ordenação.



DIREÇÃO-GERAL

2. No relatório preliminar o júri propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas sempre que se verifique qualquer das situações enunciadas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.
3. O relatório faz ainda, caso existam, referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

Artigo 20.º

Audiência Prévia

O júri disponibiliza na plataforma eletrónica o relatório preliminar a todos os concorrentes, fixando um prazo não inferior a 5 (cinco) dias úteis, para que os mesmos, querendo, se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 21.º

Relatório final

1. Decorrido o prazo para a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar.
2. O júri pode ainda propor a exclusão das propostas se verificar nesta fase a ocorrência de quaisquer motivos que determinam a exclusão das mesmas, de acordo com o disposto no artigo 146.º do CCP.
3. Se do relatório final resultar alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP, sendo subsequentemente aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 148.º do CCP.
4. O relatório final, em conjunto com todos os documentos que compõem o processo de concurso público, é remetido ao órgão competente para a decisão de contratar, para eventual aprovação e adjudicação.

Artigo 22.º

Adjudicação e notificação da decisão

1. Inexistindo fundamento para a decisão de não adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar decide sobre a adjudicação e notifica-a em simultâneo a todos os concorrentes na plataforma

SEDE



eletrónica, até ao termo do prazo de obrigação de manutenção das propostas, acompanhado do relatório final de análise das propostas.

2. Por motivo devidamente justificado, a decisão da adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo seguinte e se pronunciar sobre a minuta do contrato.

Artigo 23.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da notificação da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação, redigidos em língua portuguesa ou acompanhadas de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo IV** ao presente programa do concurso;
 - b) Documento com indicação do código de acesso *on-line* à certidão permanente do registo comercial ou, em alternativa, a própria certidão, no caso de pessoas coletivas;
 - c) Certificado de registo criminal no caso de pessoas singulares ou de pessoas coletivas e, neste caso, dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - d) Declaração de consentimento para consulta *on-line*, de acordo com o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, da situação relativa a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, em alternativa, documento comprovativo da situação regularizada em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal;
 - e) Declaração de consentimento para consulta *on-line*, de acordo com o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, da situação relativa a impostos devidos em Portugal ou, em alternativa, documento comprovativo da situação



DIREÇÃO-GERAL

regularizada em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal;

- f) Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto ou o respetivo código de acesso (o preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>);
 - g) Declaração indicando que, a qualquer título, não foi prestado, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;
 - h) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo V ao presente programa do concurso, confirmando o cumprimento das orientações éticas constantes do Despacho n.º 15/2023-GP de 20 de fevereiro, emitido pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas.
- 2. Sem prejuízo do exigido no presente programa de concurso, o órgão competente para a decisão de contratar pode, a todo o momento, solicitar ao adjudicatário, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato, fixando-lhe prazo para o efeito.
 - 3. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 e seguintes do artigo 86.º do CCP, a adjudicação caduca se, por facto imputável ao adjudicatário, este não apresentar os documentos de habilitação no prazo fixado no n.º 1 ou em violação dos mesmos.
 - 4. A falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação e a participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal e contraordenacional.
 - 5. No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados, ou no caso de não serem apresentados no prazo fixado para o efeito ou redigidos em língua portuguesa, por facto que não seja imputável ao adjudicatário, e que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, será concedido um prazo de 5 (cinco) dias para a supressão das irregularidades ou apresentação dos documentos.

SEDE

Avenida da República, 65 • 1050-189 LISBOA • PORTUGAL
T: +351 217 945 100 E: geral@tcontas.pt W: tcontas.pt

**Artigo 24.º****Minuta do contrato**

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. Após a aprovação da minuta do contrato o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo 99.º do CCP.
3. A minuta do contrato e os ajustamentos eventualmente propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.
4. As reclamações da minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
5. No prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
6. Os ajustamentos ao contrato que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.
7. Os ajustamentos que tenham sido aceites pelo adjudicatário são notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 25.º**Contrato**

A outorga do contrato será realizada com recurso a assinaturas eletrónicas qualificadas e tem lugar no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data de aceitação das minutas ou da decisão sobre a reclamação e não antes da apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos, nos termos previstos no artigo 104.º do CCP.

Artigo 26.º**Não outorga do Contrato**

A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado digitalmente no prazo que lhe seja indicado, bem como, no caso de o

DIREÇÃO-GERAL

adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado na modalidade definida no artigo 6.º do programa de concurso.

Anexos: Anexos I, II, III, IV e V.

SEDE

Avenida da República, 65 • 1050-189 LISBOA • PORTUGAL
T: +351 217 945 100 **E:** geral@tcontas.pt **W:** tcontas.pt

**ANEXO I****Instruções para preenchimento do Documento Europeu Único de Contratação Pública**

O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) deverá ser preenchido eletronicamente em <https://espd.eop.bg> importando e utilizando o ficheiro “DEUCP_CP_o2_24.xml” junto ao presente programa de concurso.

SEDE

Avenida da República, 65 • 1050-189 LISBOA • PORTUGAL
T: +351 217 945 100 **E:** geral@tcontas.pt **W:** tcontas.pt



ANEXO II

Declaração de Preço Contratual

Lote 1

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo preço contratual de _____ EUR (valor sem IVA), a que correspondem os preços unitários indicados nas tabelas seguintes:

| Quantidade | Descrição | Preço Unitário (S/IVA) | Preço Total (S/IVA) | Preço Unitário (C/IVA) | Preço Total (C/IVA) |
|------------|---|---------------------------|------------------------|------------------------------|---------------------------|
| 150 | Portátil de linha profissional conforme descrito na cláusula 1.ª do Caderno de Encargos | | | | |

Data e assinatura

SEDE

Avenida da República, 65 • 1050-189 LISBOA • PORTUGAL
T: +351 217 945 100 E: geral@tcontas.pt W: tcontas.pt



Anexo II
Declaração de Preço Contratual
Lote 2

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo preço contratual de _____ EUR (valor sem IVA), a que correspondem os preços unitários indicados nas tabelas seguintes:

| Quantidade | Descrição | Preço Unitário (S/IVA) | Preço Total (S/IVA) | Preço Unitário (C/IVA) | Preço Total (C/IVA) |
|------------|---|---------------------------|------------------------|------------------------------|---------------------------|
| 150 | Mochilas conforme descrito na cláusula 1.ª do Caderno de Encargos | | | | |

Data e assinatura

SEDE

Avenida da República, 65 • 1050-189 LISBOA • PORTUGAL
T: +351 217 945 100 E: geral@tcontas.pt W: tcontas.pt



Anexo II
Declaração de Preço Contratual
Lote 3

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo preço contratual de _____ EUR (valor sem IVA), a que corresponde o preço unitário indicado na tabela seguinte:

| Quantidade | Descrição | Preço Unitário (S/IVA) | Preço Total (S/IVA) | Preço Unitário (C/IVA) | Preço Total (C/IVA) |
|------------|--|---------------------------|------------------------|------------------------------|---------------------------|
| 150 | Ratos conforme descrito na cláusula 1.ª do Caderno de Encargos | | | | |

Data e assinatura

SEDE

Avenida da República, 65 • 1050-189 LISBOA • PORTUGAL
T: +351 217 945 100 E: geral@tcontas.pt W: tcontas.pt



Anexo II
Declaração de Preço Contratual
Lote 4

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo preço contratual de _____ EUR (valor sem IVA), a que corresponde o preço unitário indicado na tabela seguinte:

| Quantidade | Descrição | Preço Unitário (S/IVA) | Preço Total (S/IVA) | Preço Unitário (C/IVA) | Preço Total (C/IVA) |
|------------|---|---------------------------|------------------------|------------------------------|---------------------------|
| 50 | Teclados conforme descrito na cláusula 1.ª do Caderno de Encargos | | | | |

Data e assinatura

SEDE

Avenida da República, 65 • 1050-189 LISBOA • PORTUGAL
T: +351 217 945 100 E: geral@tcontas.pt W: tcontas.pt



Anexo II
Declaração de Preço Contratual
Lote 5

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo preço contratual de _____ EUR (valor sem IVA), a que corresponde o preço unitário indicado na tabela seguinte:

| Quantidade | Descrição | Preço Unitário (S/IVA) | Preço Total (S/IVA) | Preço Unitário (C/IVA) | Preço Total (C/IVA) |
|------------|--|---------------------------|------------------------|------------------------------|---------------------------|
| 2 | Scanner conforme descrito na cláusula 1.ª do Caderno de Encargos | | | | |

Data e assinatura

SEDE

Avenida da República, 65 • 1050-189 LISBOA • PORTUGAL
T: +351 217 945 100 E: geral@tcontas.pt W: tcontas.pt



Anexo II
Declaração de Preço Contratual
Lote 6

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo preço contratual de _____ EUR (valor sem IVA), a que corresponde o preço unitário indicado na tabela seguinte:

| Quantidade | Descrição | Preço Unitário (S/IVA) | Preço Total (S/IVA) | Preço Unitário (C/IVA) | Preço Total (C/IVA) |
|------------|--|---------------------------|------------------------|------------------------------|---------------------------|
| 1 | Workstation conforme descrito na cláusula 1.ª do Caderno de Encargos | | | | |

Data e assinatura



Anexo II
Declaração de Preço Contratual
Lote 7

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo preço contratual de _____ EUR (valor sem IVA), a que corresponde o preço unitário indicado na tabela seguinte:

| Quantidade | Descrição | Preço Unitário (S/IVA) | Preço Total (S/IVA) | Preço Unitário (C/IVA) | Preço Total (C/IVA) |
|------------|--|---------------------------|------------------------|------------------------------|---------------------------|
| 30 | Monitores conforme descrito na cláusula 1.ª do Caderno de Encargos | | | | |

Data e assinatura



Anexo II
Declaração de Preço Contratual
Lote 8

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo preço contratual de _____ EUR (valor sem IVA), a que corresponde o preço unitário indicado na tabela seguinte:

| Quantidade | Descrição | Preço Unitário (S/IVA) | Preço Total (S/IVA) | Preço Unitário (C/IVA) | Preço Total (C/IVA) |
|------------|--|---------------------------|------------------------|------------------------------|---------------------------|
| 100 | Tapes LTO 9 conforme descrito na cláusula 1.ª do Caderno de Encargos | | | | |
| 1 | HPE LTO -9 conforme descrito na cláusula 1.ª do Caderno de Encargos | | | | |
| 20 | Tapes LTO 8 conforme descrito na cláusula 1.ª do Caderno de Encargos | | | | |
| 1 | HPE LTO -8 conforme descrito na cláusula 1.ª do Caderno de Encargos | | | | |

Data e assinatura

SEDE

Avenida da República, 65 • 1050-189 LISBOA • PORTUGAL
T: +351 217 945 100 E: geral@tcontas.pt W: tcontas.pt

**ANEXO III****Modelo de declaração *a que se refere a alínea d)* do n.º 1 do artigo 9.º do Programa do Concurso]**

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) conhece as orientações éticas aplicáveis aos fornecedores que contratem com os serviços de apoio do Tribunal de Contas, constantes do Despacho n.º 15/2023- GP de 20 de fevereiro, emitido pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas, e assegura de que está em condições de as fazer cumprir.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».



ANEXO IV

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do Programa do Concurso]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

**ANEXO V****Modelo de declaração a que se refere a alínea h) do n.º 1 do artigo 23.º do Programa do Concurso]**

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) conhece as orientações éticas constantes do Despacho n.º 15/2023- GP de 20 de fevereiro, emitido pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas, e,

- a) Afirma o seu compromisso com as referidas orientações;
- b) Garante a inexistência de conflito de interesses, quer de natureza empresarial, quer pessoal, na relação com o TdC, seus membros e trabalhadores;
- c) Confirma que os recursos humanos direta ou indiretamente afetos à execução do contrato conhecem as referidas orientações;
- d) Assegura que tomará as medidas necessárias e adequadas para que os recursos humanos procedam ao integral cumprimento das referidas orientações.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».